

1987: um vôo cego

César Maia

A função primeira de qualquer política, e por muito maior razão da política econômica, é balizar, definir parâmetros, construir referências, ou, de uma forma simples, reduzir as incertezas. O Governo, através de sua política econômica, reduz variáveis e constrói constantes, evitando que o jogo do mercado se transforme num jogo de azar. Diríamos até que mais importante que a própria política, seu conteúdo, é haver uma política. A estabilização, por exemplo, não é privilégio de uma política de corte conservador ou de outra de corte progressista. Aí estão os exemplos pelo mundo. O que não existe é exemplo de estabilização com casuismos.

Se Aladim aparecesse em fevereiro de 1986, acompanhado de sua lâmpada maravilhosa, e perguntasse a qualquer economista de qualquer corrente de pensamento quais seriam seus três desejos, teria de todos as mesmas respostas: uma desindexação abrupta, bem-sucedida e popular; a diminuição dos preços do petróleo e das taxas de juros internacionais.

Sem reduzir méritos que segmentos do governo possam ter tido, o fato é que Aladim esteve entre nós. As condições básicas no início de março eram extraordinariamente favoráveis para que o Governo introduzisse suas regras do jogo, produzindo as mudanças de orientação, e definindo parâmetros permanentes que fixassem a nova política econômica. Ao contrário de enfrentar as grandes questões, ou seja, as reformas bancária, agrária, fiscal, urbana, junto do problema do salário-base, da reestruturação administrativa do setor público e dentro de uma perspectiva de dinâmica macroeconômica que conduzisse ao enfrentamento consequente das restrições externas, o que se viu foi um discurso e uma ação voluntaristas, que terminaram por transformar as condições favorá-

veis em impasse. Não que se pudesse resolver de uma vez tais questões, que são certamente de longo prazo, mas que se abrisse coerentemente o processo, explicitando um eixo de política econômica. O impacto e a eficiência da desindexação entorpeceram a análise. Acreditaram que havíamos atingido o paraíso: um mercado sem preços, alterações de demanda sem oferta, adesão social sem renda, elasticidade cambial absoluta,...

Três meses depois, o sonho começava a acabar. As primeiras medidas vieram. Mas ainda cercadas de muito celofane. Um pequeno sacrifício da classe média produziria, segundo o Governo, outra vez o paraíso. A poupança compulsória manteria a longo prazo a renda da classe média, e permitiria ao Governo lançar um importante plano de metas, voltado para a infra-estrutura e para o social, além de sustentar a intenção de redistribuir renda. Embora agora sem lágrimas, porém, com ênfase análoga, defendeu-se o paraíso.

Não durou muito. Ruiu o artificialismo do congelamento que não quis contemplar o realinhamento. Retornou a ortodoxia financeira. Desestruturou-se o balanço de pagamentos. E naturalmente, ganhou nova ênfase o processo reivindicatório. O último argumento permanecia: a economia está aquecida. Realmente, mas como o "bate-bate" dos carros sem rumo num parque de diversões. Na verdade restava ainda ao Governo seu grande trunfo: a credibilidade emergente do apoio popular que conquistou. No entanto, o golpe baixo da apresentação de um pacote impopular e restritivo logo após as eleições fez cair por terra a última arma. Pior. O tratamento imposto à greve geral do dia 12 de dezembro, independentemente de sua oportunidade, só fez ampliar tal desgaste. Primeiro, pelo cheiro dos tanques, reintroduzido. Segundo por se ter negado a admitir a regressividade do expurgo, para dias depois reintrodu-

zir o INPC, com a promessa de não expurgá-lo. Dois dias depois, já admitindo a aplicação do gatilho, voltou-se a tergiversar sobre a sua universalidade. Agora pior, já que a primeira categoria a ser atingida será a dos jornalistas, que têm reajuste em fevereiro. Melhor seria admitir de uma vez que o gatilho não faz sentido numa economia de preços, mesmo parcialmente, congelados.

Neste contexto, o nível de incerteza atingiu um ponto raramente visto. Isto remete a distorções adicionais, na medida que a ação dos agentes econômicos torna-se defensiva, de curíssimo prazo e quase que somente especulativa. Na segunda quinzena de dezembro, a taxa de juros no mercado futuro chegou a ziguezaguear 30 pontos em três dias. Assim estão também outros parâmetros. Que restrições cambiais? Que política salarial? Que taxa de juros? Que nível de atividade? Que condição de abastecimento? Só se pode projetar incerteza.

Isto não é bom para o Governo. Isto também não é bom para a oposição. A oposição deve interessar que fique explícita e coerente a política econômica do Governo, para que se possa oferecer alternativas ao julgamento da população.

Não cabe à oposição aconselhar, pois não detém a possibilidade de oferecer de forma prática alternativa global.

No entanto, e no propósito de alcançar a estabilidade política e evitar impasses de alto risco, algumas ações de Governo seriam desejáveis:

- a conclamação de um pacto social e de um pacto político entendidos no quadro constituinte e não como lenitivo às dores da política econômica;

- reajuste do salário mínimo a partir de janeiro pelo pico de março de 86 corrigido pela inflação do período e acompanhado de lei propondo sua duplicação num prazo de 5 anos, progressivamente, dando assim, tempo para que as empresas menores se adaptem;

- realinhamento de preços e salários;

- tabelamento dos juros e discussão de uma reforma bancária de emergência;

- apresentação, concreta, de um plano de metas, orientado para desestrangular a oferta de insumos básicos e a dinamizar a política social;

- renegociação da dívida externa a partir da expectativa de saldo comercial, tendo como base o plano de metas, e antecedida pela centralização do câmbio.

